

# Estudo Técnico Preliminar 36/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08220.003662/2024-34

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação visa suprir a demanda de contratação de empresa especializada no ramo de móveis em MDF para a confecção de mesa de honra, púlpito para o auditório da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre (SR/PF/AC).

2.2. Esta aquisição se fundamenta no fato de que a Polícia Federal para alcançar seus objetivos necessita frequentemente empreender eventos, reuniões técnicas e ações de capacitação voltadas a seus servidores, bem como, a instituições parceiras visando a promoção e divulgação do conhecimento tais como seminários e palestras, e ações educativas, ações culturais (com programação variada), eventos comemorativos (como nas datas alusivas a Polícia Federal e ao Policial Federal), eventos de comunicação interna, lançamentos de projetos, mesas redondas, oficinas, painéis, cursos de capacitação, debates, entre outros, e os mobiliários objeto dessa aquisição são imprescindíveis à acomodação das autoridades, palestrantes, docentes e outros profissionais que desenvolverão suas atividades no espaço do auditório da nova sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre.

2.3. A contratação da mesa e do púlpito, com seus respectivos letreiro e emblema, em Grupo único ou item único justifica-se pela necessidade de que eles tenham um mesmo padrão de acabamento, haja vista que há variabilidade de cores entre os lotes diferentes de seus materiais constituintes. Ademais, a entrega em lote único proporciona uma responsabilização integral do objeto por parte de seu fabricante, facilitando eventuais ações de reparo, bem como proporciona maior eficiência no processo de compra por parte da Administração.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG	GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- 4.1.2. Uso de tintas ecológicas para não agredir o meio ambiente;
- 4.1.3. Utilizar madeiras certificadas extraídas de áreas de reflorestamento;
- 4.1.4. comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço;
- 4.1.5. priorização no emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

**4.1.6.** utilização de matérias-primas da construção civil (areia e brita) provenientes de áreas devidamente licenciadas junto aos órgãos competentes - rastreamento da legalidade ambiental da cadeia produtiva do bem/serviço que será adquirido pela Administração Pública, ainda que seja o licitante exigindo a comprovação de origem do fabricante do produto/prestador de serviço;

**4.1.7.** reutilização ou redimensionamento de material já existente ou proveniente do desfazimento;

**4.1.8.** Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

**4.1.9.** Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

**4.1.10.** Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

**4.1.11.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

**4.1.12.** Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

**4.1.13.** Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano).

**4.1.14.** Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução CONAMA Nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução CONAMA Nº 448/2012, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010.

**4.1.15.** A Contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005.

**4.1.16.** Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

**4.1.17.** Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias, conforme Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 2018.

**4.1.18.** Na manutenção, realocação ou desinstalação de equipamentos, durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração, conforme Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 2018.

**4.1.19.** A realocação de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, serão aprovados pela autoridade competente apenas para os ambientes aonde for indispensável (Instrução Normativa n.º 01 de 2010 SLTI/MPOG).

**4.2.** Assim, a empresa contratada deverá valer-se ainda das seguintes normas e diretrizes:

Normas ABNT para sustentabilidade:

- a) ABNT ISO/TR 14062:2004;
- b) ABNT NBR 16001:2012;
- c) ABNT NBR ISO 10014:2008;
- d) ABNT NBR ISO 14001:2015;
- e) ABNT NBR ISO 14040:2009 Versão Corrigida:2014;

- f) ABNT NBR ISO 14044:2009 Versão Corrigida:2014;
- g) ABNT NBR ISO 26000:2010;
- h) ABNT NBR ISO 31000:2009;
- i) ABNT NBR ISO 50001:2011;
- j) ABNT NBR ISO 9001:2015;
- l) ABNT NBR ISO 9004:2010 Versão Corrigida:2010;

#### 4.3. Legislação Ambiental e correlatas:

- Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional de Mudança do Clima;
- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Lei nº 12.349/2010 – Alterou o artigo 3º da Lei nº 8.666/93;
- Decreto nº 2.783/1998 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio;
- Decreto nº 5.940/2006 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funciona;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012 – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências;
- Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017 – Dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 2019 - Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações;
- Portaria nº 61 – MMA, de 15/05/2008 – Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas;

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Foi realizada uma cotação de mercado a fim, não somente de aferir os preços praticados, mas também de verificar a existência de interessados em participar de um eventual certame, também foi inserida no mapa comparativo de preços a contratação da SR/PF/AP que possui a mesma padronização exigida para os móveis deste processo.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A aquisição serão necessárias para estruturar o auditório da Superintendência de Polícia Federal do Acre, objetivando a padronização dos eventos realizados no local.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Estima-se a seguinte quantidade a ser adquirida:

	ITENS	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.

GRUPO	1	Mesa de honra em MDF com espaço para seis ocupantes, conforme detalhado em Anexo.	UND	1
	1.1	Escritura “POLÍCIA FEDERAL” da mesa de honra em MDF ou ACM, conforme detalhado em Anexo.	UND	1
	2	Púlpito (tribuna) para uma pessoa, conforme detalhado em Anexo. *Desconsiderar espaços para componentes eletrônicos*	UND	1

	2.1	Emblema da Polícia Federal, em MDF ou ACM conforme detalhado em Anexo.	UND	1
--	-----	--	-----	---

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 11.749,00

8.1. O valor estimado total da contratação foi estabelecido no Mapa de Preços (menor preço) (36410098).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A aquisição poderá ser feita na totalidade do objeto.

9.2. A contratação da mesa e do púlpito, com seus respectivos letreiro e emblema, em Grupo ou item único justifica-se pela necessidade de que eles tenham um mesmo padrão de acabamento, haja vista que há variabilidade de cores entre os lotes diferentes de seus materiais constituintes. Ademais, a entrega em lote único proporciona uma responsabilização integral do objeto por parte de seu fabricante, facilitando eventuais ações de reparo, bem como proporciona maior eficiência no processo de compra por parte da Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foi identificada nenhuma contratação correlata ou independente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está alinhada ao Calendário de Contratações Anual e ao orçamento anual do órgão, sendo solicitada a demanda extemporânea e anexada no processo SEI - Documento Oficialização da Demanda Extemporâneo (SEI nº 37928881).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A aquisição dos materiais permanentes suprirá a demanda identificada, corroborando para o bom desempenho das atividades fim da SR/PF/A.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. As providências a serem adotadas serão as elencadas no Termo de Referência e seus Anexos.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Deverão ser adotados, no que for possível e economicamente viável, critérios e práticas de sustentabilidade na elaboração das especificações dos materiais a serem adquiridos. Observados todas as etapas da cadeia de produção, desde a extração da matéria prima até o descarte final do produto.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.2. Viabilidade da Contratação:

15.2.1. Adequação ao Ambiente e Padronização Institucional:

A confecção de mesa de honra e púlpito em MDF permitirá a padronização dos espaços da SR/PF/AC, garantindo que o ambiente esteja em consonância com os padrões estéticos e funcionais observados em outras unidades da Polícia Federal, especialmente nas superintendências regionais.

15.2.2. Durabilidade e Redução de Custos a Longo Prazo:

Móveis confeccionados em MDF são conhecidos por sua resistência e durabilidade. A escolha desse material contribui para a economia a longo prazo, uma vez que reduz a necessidade de manutenção ou substituição precoce.

15.2.3. Atendimento a Demandas Operacionais:

O auditório é utilizado para eventos internos, reuniões e recepção de autoridades, sendo essencial que o mobiliário esteja adequado a essas atividades. A inexistência de móveis padronizados comprometeria a organização e a apresentação institucional durante tais eventos.

15.2.4. Melhoria da Infraestrutura para Atendimento Público:

A modernização do espaço também visa oferecer um ambiente mais funcional e representativo para os eventos e reuniões, o que reflete positivamente na imagem da instituição.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ROSSICLEIA FERREIRA CAMPOS**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 06/12/2024 às 15:14:46.

**CARLOS ROCHA SANCHES**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 09/12/2024 às 18:56:29.*